Acções de Formação c/despacho > Imprimir (id #99402)

Ficha da Acção

Designação Flexibilização e Integração curricular

Região de Educação **Área de Formação** **A** ☐ **B** ☐ **C** ☑ **D** ☐

Classificação Formação Contínua **Modalidade** Oficina de Formação

---

Duração
Nº Total de horas presenciais conjuntas 25 Nº Total de horas de trabalho autónomo 25

Nº de Créditos 2

Calendarização
Entre 6 e 7 (meses)

Cód. Área C07 **Descrição** Inovação Educacional,

Cód. Dest. 99 **Descrição** Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico, Secundário e de Educação Especial

Dest. 50% SD **Descrição** Sem destinatários

Nº de formandos por cada realização da acção
Mínimo 5 Máximo 20

Reg. de acreditação (ant.) CCPFC/ACC-91246/17

Formadores

Formadores com certificado de registo

B.I. 394674 **Nome** LOUISE DOS SANTOS LIMA **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-39124/18
Componentes do programa **Nº de horas** 25

B.I. 7340169 **Nome** MARIA TERESA DA RESSURREIÇÃO BERNADINO RAMOS **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-25227/09
Componentes do programa **Nº de horas** 25

B.I. 8969750 **Nome** TERESA SOFIA NEVES POMBO PEREIRA **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-26567/09
Componentes do programa **Nº de horas** 25

B.I. 10294507 **Nome** Helena Isabel Duarte Dias Ribeiro **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-35639/15
Componentes do programa **Nº de horas** 25

B.I. 11056041 **Nome** NADIA DIOGO FERREIRA **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-23426/08
Componentes do programa **Nº de horas** 25

Formadores sem certificado de registo

Anexo B

A preencher nas modalidade de Oficina, Estágio, Projecto e Círculo de Estudos

Razões justificativas da acção: Problema/Necessidade de formação identificado
As sociedades atuais debatem-se com questões como a imprevisibilidade do futuro e a sustentabilidade dos atuais padrões de desenvolvimento económico e social. Ao refletir sobre esta realidade a escola é desafiada a ampliar e diversificar as suas funções educativas, preparando os alunos para compreenderem e participarem na complexidade e dinamismo do mundo em que lhes é dado viver (Alonso, 2002). Neste contexto, a educação e a escola enfrentam novos desafios.
O debate sobre o que se aprende e como se aprende na escola do século XXI é hoje um tema de interesse do domínio público, sendo consensual que a escola é o território de eleição no desenvolvimento de competências para a sociedade do conhecimento e para o exercício de uma cidadania ativa e democrática.
Consciente destes desafios, o XXI Governo Constitucional estabeleceu, como prioritários na área da educação, entre outros, os seguintes objetivos:
Criar condições para que as escolas e agrupamentos possam gerir o currículo nacional de forma flexível e contextualizada, utilizando os métodos, as abordagens e os procedimentos que se revelarem mais adequados para que

todos os alunos possam aprender;
Desenvolver ações para garantir que as aprendizagens dos alunos constituam o cerne dos projetos educativos das escolas e dos agrupamentos, considerando as salas de aula como espaços privilegiados para aprender a descobrir, a analisar e a interpretar fenómenos científicos, sociais, artísticos, ambientais e tecnológicos;
Criar condições para que as escolas e os agrupamentos, em articulação com os centros de formação, as instituições do ensino superior e outros intervenientes, se assumam como espaços privilegiados para a formação contextualizada dos seus docentes;
(Programa do XXI Governo Constitucional)
Estes objetivos pressupõem uma conceção de currículo mais aberta e abrangente, associada à valorização de práticas de gestão curricular mais flexíveis e adequadas a cada contexto, entendendo as unidades organizacionais como espaços de construção partilhada do currículo. Assim, procura-se uma visão estratégica partilhada, centrada na qualidade das aprendizagens, construída com a participação de todos os atores, partindo da reflexão e avaliação continuada da ação (Alonso, 2002).
O documento "Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória" vem ainda definir várias competências-chave que os alunos devem desenvolver ao longo da sua escolaridade obrigatória, respondendo aos desafios da sociedade atual e futura. Tal assunção pressupõe "alterações de práticas pedagógicas e didáticas de forma a adequar a globalidade da ação educativa às finalidades do perfil de competências dos alunos" (Martins, Guilherme d'Oliveira (coord.), 2017).
Reivindica-se um papel ativo do aluno, construtor do seu conhecimento, implicado no processo de construção do seu saber, cabendo ao professor o papel de facilitador e dinamizador das tarefas postas em ação e estimulador à participação e envolvimento dos alunos no processo de aprendizagem.
Pôr em prática a flexibilização e a integração curricular exige uma abordagem sistémica, que envolve os recursos humanos, a diferentes níveis, os recursos físicos e os recursos pedagógicos. Neste sentido, é dada margem de autonomia às estruturas organizacionais e pedagógicas das escolas, de modo a ajustar as experiências de aprendizagem dos alunos aos seus perfis e necessidades. Esta autonomia pressupõe uma maior responsabilidade por parte das equipas de docentes e coloca-lhes novos desafios, que carecem de um incremento ao nível da formação (Beane, 1995, 2003; Drake, & Burns, 2004).
No contexto escolar, a preparação do processo de ensino-aprendizagem por professores, em trabalho colaborativo, leva-os a envolverem-se em processos de reflexão, analisando em detalhe de que modo os seus objetivos se inserem no currículo, bem como o pensamento e as ações dos alunos. Assim, deve ser valorizado o exercício reflexivo e crítico, decorrente de observações de processos de ensino-aprendizagem, numa ação conjunta, dialogada e que favoreça a compreensão das necessidades dos alunos, das suas potencialidades e dos seus mecanismos de aprendizagem. Este exercício induz o questionamento das práticas, pressupondo o seu enriquecimento, pelo que constitui um processo de desenvolvimento profissional dos professores (Baptista, Ponte, Velez, et al, 2012).
A importância do envolvimento do aluno no processo de aprendizagem é uma discussão amplamente aceite e há evidências consideráveis na literatura que mostram que os estudantes aprendem melhor quando se envolvem e participam ativamente na sua aprendizagem (Prince, 2004). Neste sentido, cabe ao professor ou à equipa de professores priorizar aprendizagens, definir estratégias, selecionar e/ou adequar tarefas e atividades, indo ao encontro de todos os alunos. Nos espaços de aprendizagem, nomeadamente na sala de aula, durante a exploração das tarefas, o professor promove e estabelece uma comunicação que pode assumir um caráter unívoco ou dialógico, dependendo do maior ou menor espaço dado ao professor(es) ou aos alunos (Ponte, Quaresma, & Branco 2012). Num processo de aprendizagem ativa, o papel do aluno é central, este aprende com os pares e a comunicação assume-se como interação social. Na comunicação como interação social, os alunos aprendem colaborativamente, interagindo e influenciando-se reciprocamente na construção de significados partilhados para uma compreensão acerca do mundo objetivo, social e subjetivo (Habermas, 2004).
Assim, esta oficina de formação tem como finalidade promover e apoiar: (i) A reflexão sobre as novas opções curriculares, a sua exequibilidade e adequação aos contextos de cada comunidade escolar, tornando os documentos curriculares num efetivo instrumento de promoção do sucesso escolar de todos os alunos. (ii) A reflexão sobre as práticas profissionais a desenvolver, planeando, concretizando e reformulando práticas letivas, tendo em conta as opções curriculares tomadas, para um ensino centrado nas necessidades de cada aluno. (iii) O desenvolvimento de projetos de natureza disciplinar, multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, tendo em conta a diversidade dos alunos e seus contextos, as áreas do saber e os recursos existentes, considerando e integrando práticas de ensino-aprendizagem centradas no aluno.

Efeitos a produzir: Mudança de práticas, procedimentos ou materiais didácticos
No final da oficina de formação pretende-se que os formandos sejam capazes de:
• Conhecer as novas medidas de política educativa, ao nível do currículo nacional;
• Identificar os princípios orientadores para as práticas integradas de gestão flexível do currículo;
• Compreender os fundamentos e metodologias associadas à aprendizagem baseada em projetos;
• Abordar os conteúdos da área do saber com base em situações e problemas;
• Contribuir para criar dinâmicas de trabalho colaborativo nas unidades organizacionais (nomeadamente no Conselho Pedagógico e no Conselho de Turma) que favoreçam a gestão flexível do currículo, integrando práticas de ensino-aprendizagem centradas no aluno;
• Conceber, concretizar (em espaços de aprendizagem, nomeadamente na sala de aula), avaliar e reformular projetos de natureza disciplinar, multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, tendo em conta a diversidade dos alunos e seus contextos, as áreas do saber e os recursos existentes, considerando e integrando diversas práticas, atividades e tarefas, de modo a:
o Proporcionar experiências de aprendizagem diversas e adequadas a todos e a cada aluno;
o Promover aprendizagens através de trabalho de natureza diversa (da disciplinaridade à transdisciplinaridade), com recurso, nomeadamente, à metodologia por projeto;
o Promover iniciativas cooperativas de aprendizagem, orientadas para a integração e troca de saberes;
o Desenvolver uma avaliação para a aprendizagem diversificando métodos e instrumentos, envolvendo os alunos no processo de avaliação, numa lógica de autorregulação.

Conteúdos da acção
• Medidas de política educativa, ao nível do currículo nacional;
• Princípios orientadores de práticas integradas de gestão flexível do currículo:
o Flexibilização pedagógica e curricular;
o Trabalho colaborativo entre professores e cooperativo entre alunos;
o Trabalho de natureza disciplinar, multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar;
o Dinâmicas/abordagens pedagógicas diferenciadas e centradas nos alunos, nas diferentes áreas disciplinares (resolução de problemas, trabalho por projetos, entre outras);
• Conceção e monitorização de projetos num trabalho de natureza colaborativa:
o Identificação de ações dos docentes e dos alunos nas diferentes fases do trabalho por projeto – planeamento, desenvolvimento e avaliação;
o Identificação de potencialidades, desafios e estratégias no âmbito do trabalho cooperativo entre alunos;
• Coordenação de projetos e reflexão sobre dificuldades emergentes e estratégias para as ultrapassar.
• Métodos e técnicas de e para a avaliação das aprendizagens no contexto do trabalho colaborativo.

Metodologias de realização da acção

As tarefas a realizar na formação decorrem tanto nas sessões conjuntas como nas sessões de trabalho autónomo, durante as quais os formandos têm que analisar documentos, planear e conceber projetos concretizá-los e reconceptualizá-los, mobilizando os conceitos trabalhados ao longo da oficina.
Sessões presenciais (25 horas):
Nestas sessões, exclusivamente presenciais, serão explorados os conteúdos da ação, recorrendo a metodologias participativas onde cada formando tem um papel central promovendo o isomorfismo de práticas. Constituem-se grupos de trabalho para aplicação dos conhecimentos adquiridos na parte teórica-prática, apresentação e discussão dos trabalhos práticos desenvolvidos, assim como partilha de experiências dos trabalhos desenvolvidos em contexto de sala de aula (componente laboratorial). As sessões presenciais podem ser desenvolvidas em diferentes contextos, por exemplo, quando possível, em sala de aula, tendo como base o processo de formação lesson study.
Na primeira sessão dar-se-á a abertura da ação, com a apresentação dos formandos e formadores. Será apresentada a organização da oficina de formação (objetivos, metodologia, assiduidade e avaliação dos formandos, obtenção de creditação, entre outros).
As duas últimas sessões serão dedicadas à apresentação e partilha final da atividade implementada, reflexão final, permitindo a reconceptualização dos projetos curriculares apresentados, e avaliação da oficina de formação.
Nas restantes sessões de trabalho conjunto serão trabalhados os conteúdos da formação, de cariz teórico-prático e laboratorial, fazendo a ponte entre o vivido na componente presencial e o vivenciado no contexto profissional.

Trabalho autónomo (25 horas):
O trabalho autónomo será desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos, onde os professores/formandos desenvolvem as metodologias e as práticas trabalhadas nas sessões presenciais e concretizado através da conceção, desenvolvimento e avaliação de projetos, num trabalho de natureza multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, por forma a criar contextos de aprendizagem inovadores e desafiantes.
No final, será elaborado um relatório e uma apresentação que traduzirão todo o trabalho desenvolvido.

Calendarização:

1.º mês – 6 horas, 2 sessões de 3 horas
2.º mês – 6 horas, 2 sessões de 3 horas
3.º mês – 2,5 horas
4.º mês – 2,5 horas
5.º mês – 2,5 horas
6.º mês – 5,5 horas, 1 sessão de 3 horas e 1 sessão 2,5 horas

Número total de horas previstas por cada tipo de sessões:
Sessões presenciais conjuntas: 25 horas
Trabalho autónomo: 25 horas

Regime de avaliação dos formandos
A avaliação dos formandos terá incidência em:
Critérios Parâmetros
Participação/Contributos: - Participação nas sessões (dinâmica da participação e qualidade das intervenções)
- Apresentação oral do trabalho autónomo desenvolvido

Trabalho de aplicação de conteúdos: - Conceção, desenvolvimento e avaliação de projetos curriculares num trabalho de natureza multi, inter e transdisciplinaridade. (Qualidade dos materiais produzido no âmbito dos projetos, tais como: (ppt de apresentação dos projetos; evidências do trabalho desenvolvido em contexto; instrumentos de recolha de informação, entre outros)
- Produção de relatório final, individual.

Os formandos serão avaliados utilizando a tabela de 1 a 10 valores, conforme indicado nos n.ºs 5 e 6 do artigo 4.ª do Despacho n.º 4595/2015, DR, 2.ª série, N.º 87, de 6 de Maio, utilizando os parâmetros de avaliação estabelecidos pela DGE e respeitando todos os dispositivos legais da avaliação contínua.

Forma de avaliação da acção
A avaliação final da oficina de formação será efetuada recorrendo a:
• Relatório das/os formadoras/es;
• Questionário de avaliação preenchidos online pelas/os formandas/os;
• Questionário de avaliação preenchidos online pelas/os formadoras/es.

Bibliografia fundamental
Alonso, L. (2002). Competências Essenciais no Currículo: que práticas nas escolas? Consultado em https://www.google.pt/#q=Compet%C3%AAncias+Essenciais+no+Curr%C3%ADculo:+ que+pr%C3%A1ticas+nas+escolas%3F+alonso, em 2 de janeiro de 2017.
Baptista, M.; Ponte, J. P.; Velez, I.; Belchior, M. & Costa, E. (2012). O lesson study como estratégia de formação de professores a partir da prática profissional. In Investigação em Educação Matemática: Práticas de ensino da Matemática. p. 494 – 505. Editor: Leonor Santos / Editores convidados: Ana Paula Canavarro, Ana Maria Boavida, Hélia Oliveira, Luís Menezes, Susana Carreira. Sociedade Portuguesa de Investigação em Educação Matemática. Lisboa.
Beane, J.A. (1995). Curriculum Integration and the Disciplines of Knowledge. The Phi Delta Kappan, 76, 8, pp. 616-622.
Beane, J.A. (2003). Integração curricular: A essência de uma escola democrática. Currículo sem Fronteiras, 3, 2, pp. 91-110.
Diário da República, 2.ª série — N.º 241 — 19 de dezembro de 2016, Conselho Nacional de Educação, Recomendação n.º 1/2016 sobre a condição docente e as políticas educativas.
Drake, S.M. & Burns, R.C. (2004). Meeting Standards Through Integrated Curriculum. Consultado em http://www.ascd.org/publications/books/103011/chapters/What-Is-Integrated-Curriculum%C2%A2.aspx, em 2 de janeiro de 2017.
Fadel, C.; Bialik, M. & Trilling, B. (2015). Educação em Quatro Dimensões: As competências que os estudantes devem ter para atingir o sucesso. Boston: Center for Curriculum Redesign.
Habermas, J. (2004). Pensamento pós-metafísico. Coimbra: Almedina.
Kuiper, W. & Berkvens, J. (Eds.). Balancing curriculum regulation and freedom across Europe. CIDREE Yearbook 2013. Enschede, the Netherlands: SLO.
Le Donné, N.; Fraser, P. & Bousquet, G. (2016), “Teaching Strategies for Instructional Quality: Insights from the TALISPISA Link Data”, OECD Education Working Papers, No. 148, OECD Publishing, Paris. http://dx.doi.org/10.1787/5jln1hlsr0lr-en
Martins, Guilherme d’Oliveira (coord.) (2017). Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Lisboa: Ministério da Educação
Ponte, J. P.; Quaresma, M. & Branco, N. (2012). Práticas profissionais dos professores de Matemática. Avances en Investigación en Educación Matemática, 1, 67-88.

Prince, M. (2004). Does Active Learning Work? A Review of the Research. Journal of Engineering Education, 93(3), 223-231. Retirado de http://bit.ly/2jbNMXJ

Consultor de Formação
B.I. **Nome**

Especialistade Formação
B.I. 11056041 **Nome** Nádia Diogo Ferreira

Processo

Data de recepção 11-02-2020 **Nº processo** 98116 **Registo de acreditação** CCPFC/ACC-91246/17

Data do despacho 17-02-2020 **Nº oficio** 44 **Data de validade** 07-03-2020

Estado do Processo C/ Reclamação - pedido deferido sem alteração do certificado